

I - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a "transparência na gestão", esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31/12/2018

II - BALANÇO PATRIMONIAL (EM MILHARES DE REAIS)

ATIVO	31/12/2018		31/12/2017	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE	356.976	375.120	183.366	167.504
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	4.375	6.152	81.180	66.348
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	116.346	156.453	60.943	49.472
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	1	-	-
Depósitos no Banco Central	-	4	20.237	16.876
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	44	-	78.447	77.649
Correspondentes no País	7	79	4	15
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	116.295	156.369	78.443	77.634
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	216.061	195.186	940	1.757
Operações de Crédito	227.620	207.146	940	1.757
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(11.559)	(11.960)	-	-
OUTROS CRÉDITOS	16.088	13.048	22.799	18.448
Créditos por Avais e Fianças Honrados (NOTA 06)	330	179	248	233
Rendas a Receber	944	866	2.638	2.516
Créditos Específicos	202	189	858	882
Diversos (NOTA 06 e 07)	15.190	12.248	19.055	14.817
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 06)	(578)	(434)	-	-
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	4.106	4.281	-	-
Outros Valores e Bens	4.088	4.277	-	-
(Provisão para desvalorização)	(4)	(25)	-	-
Despesas Antecipadas	22	29	-	-
NÃO CIRCULANTE	197.709	131.621	284.983	262.369
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	5.421	2.252	257.863	240.747
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.421	2.252	3.798	-
Depósitos a Prazo	159.339	105.030	254.065	240.747
Operações de Crédito	170.712	114.735	18.563	13.065
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(11.373)	(9.705)	18.563	13.065
OUTROS CRÉDITOS	2.679	2.538	8.557	8.557
Diversos (NOTA 06 e 07)	2.710	2.567	8.557	8.557
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 06)	(31)	(29)	-	-
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	2	-	-	-
Despesas Antecipadas	2	-	-	-
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	10.329	9.785	86.336	76.868
Outros Investimentos	10.329	9.785	43.889	46.133
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	14.741	7.833	43.916	46.158
Imóveis de Uso	8.798	2.154	(27)	(25)
Outras Imobilizações de Uso	12.311	12.637	40.932	26.584
(Depreciação acumulada)	(6.368)	(6.958)	1.515	4.151
INTANGÍVEL (NOTA 10)	5.198	4.183	-	-
Outros Ativos Intangíveis	10.123	8.055	-	-
(Amortização acumulada)	(4.925)	(3.872)	-	-
TOTAL DO ATIVO	554.685	506.741	554.685	506.741

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

V - DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (EM MILHARES DE REAIS)

	01/07/2018 a 31/12/2018		01/01/2018 a 31/12/2018		01/01/2017 a 31/12/2017	
	(Não Auditado)					
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	10.804	19.264	16.185	13.826	10.804	16.185
Resultado do semestre/exercício	7.786	15.087	7.786	15.087	7.786	15.087
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	3.018	4.177	2.359	857	3.018	2.359
Provisão para operações de crédito (Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	1.686	1.267	4	(21)	4	(49)
Provisão para desvalorização de outros créditos	62	146	62	146	62	146
Depreciação do imobilizado de uso	614	1.181	614	1.181	614	1.181
Amortização do intangível	557	1.053	557	1.053	557	1.053
Baixas do ativo permanente	117	367	117	367	117	367
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	502	618	502	618	502	618
Destinações ao FATES	(445)	(923)	(445)	(923)	(445)	(923)
Dividendos SicrediPar	(79)	11	(79)	11	(79)	11
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(45.840)	(44.873)	(9.102)	(1.134)	(45.840)	(9.102)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(3.097)	(3.169)	(3.097)	(3.169)	(3.097)	(3.169)
Redução em relações interfinanceiras ativas	2.979	1	2.979	1	2.979	1
(Aumento) Redução em créditos vinculados	104	(40)	104	(40)	104	(40)
Redução em relações com correspondentes	82	72	82	72	82	72
(Aumento) em operações de crédito	(73.577)	(76.451)	(73.577)	(76.451)	(73.577)	(76.451)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	19.720	6.296	19.720	6.296	19.720	6.296
(Aumento) em outros créditos	(2.867)	(3.338)	(2.867)	(3.338)	(2.867)	(3.338)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	511	194	511	194	511	194
Aumento em depósitos	9.202	31.948	9.202	31.948	9.202	31.948
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	-	(817)	-	(817)	-	(817)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(3.945)	(3.302)	(3.945)	(3.302)	(3.945)	(3.302)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(297)	(449)	(297)	(449)	(297)	(449)
Aumento em outras obrigações	4.785	4.500	4.785	4.500	4.785	4.500
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(35.036)	(25.609)	7.083	7.083	(35.036)	(25.609)
Aquisição de Investimentos	-	(544)	-	(544)	-	(544)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(4.171)	(8.456)	(4.171)	(8.456)	(4.171)	(8.456)
Aplicações no Intangível	(691)	(2.068)	(691)	(2.068)	(691)	(2.068)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(4.862)	(11.068)	(4.862)	(11.068)	(4.862)	(11.068)
Integralização de capital	1.718	2.858	1.718	2.858	1.718	2.858
Baixa de capital	(3.387)	(5.102)	(3.387)	(5.102)	(3.387)	(5.102)
Juros ao capital próprio	(2.840)	(2.840)	(2.840)	(2.840)	(2.840)	(2.840)
Distribuição de Sobras	-	(90)	-	(90)	-	(90)
Outras destinações	(90)	(90)	(90)	(90)	(90)	(90)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(4.599)	(5.174)	1.204	1.204	(4.599)	(5.174)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(44.497)	(41.851)	4.124	4.124	(44.497)	(41.851)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	165.167	162.521	165.167	162.521	165.167	162.521
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	120.670	120.670	120.670	120.670	120.670	120.670

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

III - DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS (EM MILHARES DE REAIS)

Descrição das contas	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não Auditado)			01/01/2018 a 31/12/2018			01/01/2017 a 31/12/2017		
	Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
	INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	36.887	-	36.887	69.683	-	69.683	70.227	-
Operações de Crédito	36.788	-	36.788	69.512	-	69.512	70.074	-	70.074
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	97	-	97	169	-	169	153	-	153
Resultado das Aplicações Compulsórias	2	-	2	2	-	2	-	-	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(16.121)	(16)	(16.137)	(30.177)	(38)	(30.215)	(37.014)	(582)	(37.596)
Operações de Captação no Mercado	(7.804)	(23)	(7.827)	(15.134)	(45)	(15.179)	(20.983)	(34)	(21.017)
Operações de Empréstimos e Repasses	(3.004)	(7)	(3.011)	(6.638)	(7)	(6.645)	(6.624)	(548)	(7.172)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.313)	-	(5.313)	(8.405)	-	(8.405)	(9.407)	-	(9.407)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	20.766	(16)	20.750	39.506	(38)	39.468	33.213	(582)	32.631
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(15.378)	2.173	(13.205)	(27.782)	3.954	(23.828)	(21.683)	3.273	(18.410)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	2.060	4.678	6.738	4.137	8.904	13.041	4.020	7.728	11.748
Rendas de Tarifas Bancárias	3.861	-	3.861	7.610	-	7.610	7.020	-	7.020
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(10.339)	(933)	(11.272)	(20.481)	(1.869)	(22.350)	(19.702)	(1.629)	(21.331)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(7.931)	(1.014)	(8.945)	(15.275)	(1.942)	(17.217)	(14.855)	(1.766)	(16.621)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(60)	(237)	(297)	(96)	(449)	(545)	(66)	(530)	(596)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	7.043	118	7.161	14.156	204	14.360	19.019	254	19.273
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(10.012)	(439)	(10.451)	(17.833)	(894)	(18.727)	(17.119)	(784)	(19.903)
RESULTADO OPERACIONAL	5.388	2.157	7.545	11.724	3.916	15.640	11.530	2.691	14.221
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(105)	55	(50)	(354)	315	(39)	(386)	57	(329)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	5.283	2.212	7.495	11.370	4.231	15.601	11.144	2.748	13.892
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	291	291	-	(514)	(514)	-	(66)	(66)
Provisão para Imposto de Renda	-	178	178	-	(293)	(293)	-	(31)	(31)
Provisão para Contribuição Social	-	113	113	-	(221)	(221)	-	(35)	(35)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	5.283	2.503	7.786	11.370	3.717	15.087	11.144	2.682	13.826
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	3.717	(3.717)	-	2.682	(2.682)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	5.283	2.503	7.786	15.087	-	15.087	13.826	-	13.826
DESTINAÇÕES	-	-	-	(13.572)	-	(13.572)	(9.675)	-	(9.675)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.840)	-	(2.840)	(2.559)	-	(2.559)
Fates - Estatutário	-	-	-	(445)	-	(445)	(923)	-	(923)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(6.683)	-	(6.683)	(4.151)	-	(4.151)
Reserva de Expansão	-	-	-	(178)	-	(178)	-	-	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(3.336)	-	(3.336)	(2.042)	-	(2.042)
Outras Destinações	-	-	-	(90)	-	(90)	-	-	-
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	1.515	-	1.515	4.151	-	4.151

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

IV - DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM MILHARES DE REAIS)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	RESERVA DE EXPANSÃO	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAL
Saldo no início do período em 01/01/2017	40.190	20.391	-	2.180	62.761
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	2.138	-	-	(2.138)	-
Outras destinações	-	-	-	(42)	(42)
Capital de associados	40.190	20.391	-	1.848	62.429

VI - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS (“Cooperativa”), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi (“Sicredi”). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 10/02/1982 e tem por objetivos principais:
i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi. O Sicredi, em 31 de dezembro de 2018, está organizado por 114 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.684 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. (“Sicredi Par”) – a Confederação das Cooperativas do Sicredi (“Confederação Sicredi”), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. (“Banco”).

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, abrangência nacional, conforme Lei nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objetivo assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar nº 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 07 de março de 2019.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

- a) Apuração do resultado**
Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente e de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com o montante do líquido bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.
- De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atas cooperativas, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.
- b) Caixa e equivalentes de caixa**
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.
- c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**
Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.
- d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira**
Os recursos captados pela cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.
- e) Operações de crédito**
São demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.
- A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.
- f) Provisão para operações de crédito**
A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.
- g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)**
Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias *pro-rata dia* incorridos e as variações cambiais, deduzidos das respectivas provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.
- h) Investimentos**
Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.
- i) Imobilizado de uso**
Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercido com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.
- j) Intangível**
Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logotipos, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”.
- k) Redução ao valor recuperável de ativos**
Os ativos são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.
- l) Depósitos a prazo**
Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.
- m) Demais passivos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)**
Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro-rata dia* incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.
- n) Impostos e contribuições**
As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.
- As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes
As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:
• Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transatadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
• Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
• As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis
As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2018	2017
Disponibilidades	4.375	6.152
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	116.295	156.369
Total	120.670	162.521

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiais, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2018 equivalente a 100% do CDI.

NOTA 05 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2018	2017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.421	2.252
DI entre Banco e Cooperativas	3.024	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.397	2.252
Total não circulante	5.421	2.252

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

	2018		2017	
Operações de Crédito	Circulante	Não Circulante	Total	Total
	Empréstimos e títulos descontados	130.121	139.637	269.758
Financiamentos	16.160	9.646	25.806	15.983
Financiamentos rurais e agroindustriais	81.339	21.429	102.768	92.674
Carteira total	227.620	170.712	398.332	321.881

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros Créditos	2018		2017	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honoradas	330	-	330	179
Devedores por compra de valores e bens	1.035	2.706	3.741	3.910
Títulos e créditos a receber (i)	10.910	4	10.914	7.579
Total	12.275	2.710	14.985	11.668

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2018	2017	2018	2017
		Nível A	0,50	117.578	104.713
Nível B	1,00	150.075	118.325	1.501	1.183
Nível C	3,00	72.776	57.284	2.183	1.719
Nível D	10,00	47.569	25.032	4.757	2.503
Nível E	30,00	10.560	10.161	3.168	3.048
Nível F	50,00	6.033	8.908	3.017	4.454
Nível G	70,00	2.000	2.097	1.400	1.468
Nível H	100,00	6.726	7.029	6.726	7.029
Total (j)		413.317	333.549	23.340	21.928

(j) Em 31 de dezembro de 2018 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 201 (2017 - R\$ 200).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2018			2017	
		A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	2.850	25.347	66.401	75.260	169.858	137.677
Rural	444	5.852	75.043	21.429	102.768	92.674
Industrial	17	3.257	2.652	7.467	13.393	11.859
Comércio	353	11.603	18.614	35.932	66.502	43.252
Outros Serviços	279	9.781	17.402	33.334	60.796	48.087
Total	3.943	55.840	180.112	173.422	413.317	333.549

d) Concentração das operações de crédito

	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	37.338	9,03	33.831	10,14
50 devedores seguintes	80.394	19,45	65.588	19,66
100 devedores seguintes	65.022	15,73	54.168	16,24
Demais	230.563	55,79	179.966	53,95
Total	413.317	100	333.549	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2018	2017
Saldo inicial	22.128	21.211
Constituição de provisão	8.405	9.407
Movimentação de baixados para prejuízo	(6.992)	(8.490)
Saldo final	23.541	22.128

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 7.252 (2017 - R\$ 5.160), foram registradas como “Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 21.979 (2017 - R\$ 15.437).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	61	81
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	648	1.877
Devedores por compra de valores e bens	1.035	1.404
Devedores por depósitos em garantia	280	271
Impostos e contribuições a compensar	416	342
Títulos e créditos a receber	10.910	7.518
Valores honorários	-	44
Cotas de sócio	432	440
Operações com cartões	271	41
Pendências a regularizar	115	52
Outros	1.022	178
Total Circulante	15.190	12.248
Devedores por compra de valores e bens	2.706	2.566
Títulos e créditos a receber	4	1
Total não circulante	2.710	2.567

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, *softwares*, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2018	2017
Bens não de uso próprio	4.088	4.277
Imóveis	3.588	3.561
Veículos e afins	271	279
Máquinas e equipamentos	229	412
Bens em regime especial	-	25
Despesas antecipadas	22	29
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso) (i)	(4)	(25)
Total Circulante	4.106	4.281
Despesas antecipadas	2	-
Total não circulante	2	-

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 5 (2017 - R\$ 25) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição

	2018	2017
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	5.432	4.888
Sicredi Participações S.A.	4.895	4.895
Outras Participações e Investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Outras Ações e Cotas	1	1
Total	10.329	9.785

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Número de ações/quotas possuídas..	1.586.634 ON 3.307.902 PN	1.586.634 ON 3.307.902 PN	1 Quotas	1 Quotas	5.432.178 Quotas	4.887.598 Quotas
Percentual de participação	0,56%	0,56%	0,62%	0,61%	1,42%	1,39%
Capital social	880.597	874.847	164	164	383.377	351.047
Patrimônio líquido..	906.341	893.040	252.691	240.569	393.914	361.565
Lucro líquido do exercício	14.956	16.863	12.122	35.861	-	-
Valor do investimento	4.895	4.895	1	1	5.432	4.888

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de Depreciação %	Custo corrigido	2018		2017	
			Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
			2018	2017	2018	2017
Imobilizado de uso	-	21.109	(6.368)	14.741	17.733	14.741
Imobilizações em curso	-	474	-	474	642	474
Terrenos	-	588	-	588	587	588
Edificações	4%	8.210	(527)	7.683	1.266	7.683
Instalações	10%	3.399	(2.004)	1.395	1.651	1.395
Móveis e equipamentos de uso	10%	3.660	(1.056)	2.154	1.409	2.154
Sistema de comunicação	10%	196	(127)	69	71	69
Sistema de processamento de dados	20%	3.141	(1.650)	1.491	1.461	1.491
Sistema de segurança	10%	534	(300)	234	289	234
Sistema de transporte	20%	907	(254)	653	597	653
Intangível (i)	-	10.123	(4.925)	5.198	4.183	5.198
Investimentos Confederação	-	10.092	(4.921)	5.171	4.150	5.171
Outros ativos intangíveis	-	31	(4)	27	33	27
Total		31.232	(11.293)	19.939	20.016	19.939

(i) Valores reclassificados de “Adiantamentos para pagamentos de nossa conta” para “Outros Ativos Intangíveis”, no subgrupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de *softwares* que já estão em uso pela Cooperativa, bem como base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – REPOSICIONAMENTO

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2018		2017	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total

VI - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM MILHARES DE REAIS)

	2018	2017
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05).....	5.421	2.252
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)...	116.295	156.369
Outros Créditos - Rendas a receber.....	754	652
Outros Créditos - Diversos (Nota 07).....	455	1.795
Investimentos (Nota 09).....	10.328	9.784
Intangível (Nota 10).....	5.171	4.150
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12).....	97.006	90.699
Obrigações por empréstimos (Nota 13).....	-	3.302
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14).....	10.711	7.251
Principal e juros dívida subordinada (Nota 14).....	8.959	9.069
Recursos		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários.....	169	153
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços.....	4.112	3.671
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20).....	10.114	15.658
Despesas		
Operações de Captação no Mercado Outros dispêndios e despesas operacionais.....	-	1
Operações de Empréstimos e Repasses.....	6.631	7.172
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19).....	826	766
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21).....	7.184	7.418

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2018	% em relação ao total	2017
Depósitos à vista.....	186	0,31%	206
Depósitos a prazo.....	96	0,03%	159
Operações de crédito.....	2.153	0,54%	1.424

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas-chave da administração

Pessoas-chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2018	2017
Pessoas-chave da administração.....	2.443	2.026

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Despesa de água, energia e gás.....	408	346
Despesa de aluguel.....	1.868	1.850
Despesa de comunicação.....	944	969
Despesa de manutenção e conservação.....	1.229	1.400
Despesa de material.....	240	213
Despesa processamento dados.....	396	317
Despesa de promoções e relações públicas.....	1.082	1.043
Despesa de propaganda e publicidade.....	215	287
Despesa de seguro.....	114	153
Despesa de serviços do sistema financeiro.....	1.707	1.774
Despesa de serviços de terceiros.....	363	471
Despesa de serviços de vigilância e segurança.....	1.194	1.138
Despesa de serviços de técnicos especializados.....	2.191	1.752
Despesa de serviços de transportes.....	1.670	1.355
Despesa de viagem.....	111	67
Despesa de depreciação.....	1.184	1.194
Outras despesas administrativas.....	2.301	2.292
Total.....	17.217	16.621

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas.....	1.205	1.127
Ingressos depósitos intercooperativos(i).....	9.785	15.199
Reversão de provisões operacionais.....	2.330	2.206
Outras rendas operacionais.....	1.040	741
Total.....	14.360	19.273

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Descontos concedidos em renegociação e crédito.....	5.823	5.101
Contribuições Cooperativas.....	118	78
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores.....	232	204
Contribuição Confederação Sicredi.....	5.181	5.034
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste.....	590	577
Encargos da administração financeira.....	65	86
Repasso administradora de Cartões.....	283	564
Depreciação e amortização (Rateio Confederação).....	1.050	998
Outras provisões operacionais.....	3.209	1.887
Outras despesas operacionais.....	2.176	3.374
Total.....	18.727	17.903

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Beneficiários de garantias prestadas (i).....	57.949	52.977
Coobrigações em cessões de crédito.....	73	84
Total.....	58.022	53.061

Aos Administradores e Associados da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS Cachoeira do Sul - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações de outros dados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
 - Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
 - Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.
- O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.
- Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema. Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:
- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
 - Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
 - Plano de Capital para cada instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
 - Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
 - Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
 - Documentação e armazenamento da base de perdas;
 - Gestão de continuidade de negócios;
- III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema.

A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
 - Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
 - Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
 - Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
 - Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.
- A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
 - O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
 - Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
 - Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
 - Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.
- A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos".

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILEIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN n° 3.444/07 e n° 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN n° 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2018	2017
Patrimônio de Referência (PR).....	86.514	79.423
Nível I (NI).....	81.138	73.982
Capital principal - CP.....	81.138	73.982
Capital social.....	43.889	46.133
Reservas de capital.....	40.932	26.584
Lucros acumulados.....	1.515	4.151
Ajustes Prudenciais.....	(5.198)	(2.886)
Nível II (NII).....	5.376	5.441
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas.....	5.376	5.441
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).....	491.286	414.452
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária.....	1.493	467
Margem de Capital (i).....	33.436	35.439
Índice de Basileia (PR / RWA).....	17,61%	19,16%
Situação de Imobilização (Imob / PR).....	14,74%	9,13%
Índice de Imobilização (Imob / PR).....	17,04%	11,50%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Paulo Learsi Petzhold Correa da Silva

Presidente

CPF: 472.702.760-72

Gelson Carlos Bulegon

Diretor Executivo

CPF: 773.092.780-20

Eduardo Netto Sarubbi

Contador

CRC: RS-060899/O-8

CPF: 694.157.650-20

VII - PARECER DO CONSELHO FISCAL

Cachoeira do Sul / RS, 08 de março de 2019.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Leste - Sicredi Centro Leste RS e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Pelas políticas de auditoria adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

Atenciosamente,

Eder Francisco Boijink
Conselheiro

Marcelo de Barros Dutra
Conselheiro

Roberto Rodolfo Drews
Conselheiro

VIII - RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras